

Direitos Humanos 14 OUT 1998

Espanhóis tentam inquirir Pinochet

JORNAL DO BRASIL

MADRI – Com base no Convênio Europeu de Repressão ao Terrorismo, de 1977, os juízes espanhóis Baltazar Garzón e Manuel García Castellón pediram ontem às autoridades britânicas, através da Interpol, autorização para interrogar em Londres o ex-ditador chileno Augusto Pinochet, a respeito dos casos de pessoas desaparecidas durante os governos militares chileno e argentino. Pinochet, de 82 anos, está em Londres, onde se recupera de uma cirurgia de hérnia inguinal realizada sexta-feira.

Ontem mesmo, no entanto, o governo chileno negou essa possibilidade, de vez que – como afirmou em Santiago o ministro das Relações Exteriores, José Miguel Insulza – Pinochet viaja com passaporte diplomático, por sua condição de senador, “o que lhe outorga imunidade em todo o planeta”. Além disso, acrescentou Insulza, o governo chileno “nunca reconheceu jurisdição aos tribunais espanhóis para julgarem casos ocorridos no Chile”.

García Castellón investiga desde 1996 os casos de desaparecimentos, torturas e assassinatos de cerca de 4 mil pessoas durante a ditadura militar chilena (de 1973 a 1990). Garzón, por sua vez, ocupa-se de problema semelhante, relacionado a cidadãos espanhóis e seus descendentes durante o regime militar argentino (1976-1982). No processo instruído

por García Castellón, Pinochet é acusado dos delitos de terrorismo, genocídio e crimes contra a humanidade, enquanto no de Garzón ele figura como autor intelectual da Operação Cóndor. Esta foi montada como uma rede entre as polícias secretas das ditaduras chilena, paraguaia, argentina, uruguaia e brasileira para a repressão e o intercâmbio de presos políticos.

Remoção – Acusado de participação em casos de violações de direitos humanos, o general chileno Sérgio Espinoza Davies será removido da chefia da missão de paz das Nações Unidas na fronteira da Índia com o Paquistão, cargo que ocupa desde março – informou ontem o jornal *El Mercurio*, de Santiago. O governo, no entanto, ainda não se pronunciou sobre o caso.

A denúncia contra Espinoza foi encaminhada na semana passada à ONU pela organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch. Segundo este organismo, depois do golpe militar de 1973, ele, à época capitão, participou de um “conselho de guerra” que condenou a fuzilamento, sem direito a defesa, pelo menos quatro militantes socialistas no campo de concentração de Pisagua. De acordo com um suboficial que participou das execuções, os corpos foram atirados a um poço a seguir dinamitado.